

# A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na *Revista do Exército Brasileiro*: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888)

Rodrigo Perez Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo

A *Revista do Exército Brasileiro*, primeiro periódico científico oficial do Exército, foi criada em 1882 com a atribuição de ser o veículo oficial do conhecimento produzido na instituição. Os oficiais que compunham o comitê editorial da *REB* concederam grande espaço à publicação de dois longos relatos testemunhais de dois veteranos da Guerra do Paraguai: os textos “*As memórias das campanhas do Paraguay*”, do capitão Miguel Calmon, e “*o combate de 1º de outubro de 1868*”, do tenente Fernando Veiga. O comitê editorial mobilizou o passado em função de uma dinâmica social marcada pelo conflito entre os líderes do Exército e a cúpula da política imperial. Analisar a relação entre a construção da memória oficial que tematizou a Guerra do Paraguai e o fortalecimento institucional do Exército nos anos finais da monarquia é o principal objetivo desse artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Exército, Memória, Guerra do Paraguai.

## Abstract

*The publication of narratives testimony of veterans of the war with Paraguay in the Journal of the Brazilian Army: the project of building an official memory (1882-1888).*

The *Revista do Exército Brasileiro* founded in 1882 and was the first magazine scientific official the Brazilian Army. The Military that made the editorial team reserved large space for publication the two witness reports the two veterans of the War of Paraguay: the texts “*As memórias das campanhas do Paraguai*” by captain Miguel Calmon and “*O combate de 1º de outubro de 1868*” by lieutenant Fernando Veiga. The editorial team manipulated the past according to dynamic social characterized by conflict between army leaders and political elite imperial. The main objective this work is to analyze the relationship between the construction of official memory of the War if Paraguay and institutional strengthening of the army in last years of monarchy.

KEYWORDS: Army, Memory, War of Paraguay

## INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas do regime monárquico brasileiro foram marcadas por múltiplas tensões no que se refere às relações entre o Exército e política civil. A historiografia especializada no assunto definiu esses conflitos com um termo singular: a questão militar.<sup>2</sup> Termo reducionista na medida em que impele o leitor a supor que a conjuntura política do país estava polarizada entre políticos civis e oficiais do Exército. Nenhum dos dois grupos era homogêneo, ambos apresentavam várias divisões internas. José Murilo de Carvalho apresentou sectarização do oficialato do Exército em dois grupos; os *Tarimbeiros*, militares que não frequentaram a Escola Militar e baseavam sua carreira em feitos militares, cujo maior era a Guerra do Paraguai, e os *Bacharéis*, uma geração mais jovem de oficiais que teve sua formação na Escola Militar, marcada pelo positivismo.<sup>3</sup>

O problema das divisões internas do oficialato brasileiro também foi alvo do trabalho de Vitor Izecksohn. O autor assevera que ao expor as deficiências da estrutura militar do Exército imperial a Guerra do Paraguai permitiu que os oficiais do núcleo profissional do Exército, principalmente aque-

<sup>1</sup> Mestrando em história social no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: rodrigo\_historiaufrij@hotmail.com.

<sup>2</sup> Cito como exemplo: Hamilton Monteiro. *Brasil República*. São Paulo: Ed. Ática, 1986 e Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2005.

les ligados ao corpo de engenheiros, assumissem uma postura crítica em relação ao modelo político existente no país, e no Exército, que condicionava a estrutura interna da corporação, assim como os mecanismos de promoção, às artimanhas da política partidária. O núcleo profissional passou então a desenvolver uma série de reflexões e atitudes que manifestavam descontentamento com a estrutura social e política do país, consistindo essas manifestações no “cerne da discórdia” que foi constituído entre os oficiais do núcleo profissional e os relacionados com a política imperial.<sup>4</sup> Em relação às divisões inerentes à elite política imperial existe toda uma já celebrada historiografia que abordou o assunto.<sup>5</sup> Não é meu interesse aprofundar essa questão, pretendo analisar, tomando como pano de fundo as décadas de 1870 e 1880, período de grande efervescência no Exército e na política brasileira, o esforço do alto oficialato da corporação em cunhar uma memória oficial que legitimasse as reivindicações de uma posição política mais honrosa para o Exército.

O aspecto objeto do passado que serviu de base para a construção dessa memória institucional foi a Guerra do Paraguai, reapresentada através das narrativas testemunhais de veteranos de guerra publicadas entre 1884 e 1888 na *Revista do Exército Brasileiro*, primeiro periódico científico militar da corporação.<sup>6</sup> Os artífices da memória oficial que tematizou a Guerra do Paraguai desejavam reivindicar para o Exército um novo tipo de identidade; não mais uma corporação relegada ao segundo plano no cenário institucional do império, mas sim uma instituição de primeira importância para a pátria. O ponto central da questão foi a mobilização da memória da Guerra do Paraguai em função da demanda, por parte de membros da cúpula militar do Exército, de um novo *status quo* para essa instituição militar. Nesses casos de *memória mobilizada*, o filósofo francês Paul Ricoeur, em sua fenomenologia da memória, diagnosticou alguns sintomas; o excesso da memória em tal região da narrativa acompanhada do esquecimento deliberado acolá.<sup>7</sup>

É claro que essa construção simbólica não pode ser considerada como algo em si. Pierre Bourdieu nos alerta para o elemento estruturador que confere sentido a todo tipo de manifestação simbólica; as relações sociais que lhe dão lugar.<sup>8</sup> O sociólogo francês assevera que os sistemas simbólicos não são autoreferenciais, mas dialogam com certa situação material da existência humana, leia-se: o jogo social no qual são elaborados. A cultura simbólica somente existe efetivamente sob a forma de um conjunto de significantes/significados de onde provém todo seu potencial de representação da realidade. Essa realidade simbólica, que os sistemas de produção simbólica representam e fazem parecer natural, possui relação direta com a organização política da sociedade que os produziu.

Bourdieu afirma que uma das principais características das formulações simbólicas é que elas representam a realidade com pequenos gastos de energia, ou seja, atuam em ocasiões nas quais sua ação é pouco sentida. É por isso que o autor chama atenção para a necessidade de buscar a atuação do poder simbólico onde ele menos se deixa perceber; nas situações, aparentemente, desprovidas de violência, nos momentos em que a tranquilidade e a harmonia parecem pautar a conduta dos agentes históricos, como acontece, por exemplo, nas ocasiões das festividades e das comemorações.<sup>9</sup> Nesses momentos, quando todos parecem estar pacificados, o poder simbólico exerce sua ação de mobilizador e naturalizador de realidades simbólicas artificiais, tendenciosas e, por isso, dotadas de historicidade. Cabe ao historiador decodificar o significado dessas manifestações semióticas, geralmente representadas através dos rituais coletivos de culto ao passado, percebendo a lógica dos conflitos político-sociais que fundamenta essas

<sup>4</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

<sup>5</sup> Só para mencionar dois exemplos, cito José Murilo de Carvalho. *O Teatro das Sombras*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 e Ilmar Rohloff Matos. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

<sup>6</sup> SANTOS, Francisco Ruas. *Coleção Bibliográfica Militar*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

<sup>7</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. 11 ed. Campinas: Ed Unicamp, 2007.

<sup>8</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

<sup>9</sup> CATROGA, Fernando. *A Memória, a História e a Historiografia*. 1 ed. Lisboa: Quarteto, 2001.

formulações simbólicas. É com essa abordagem teórica que pretendo analisar o problema da definição da Guerra do Paraguai como o centro da memória oficial do Exército brasileiro.

Visando uma melhor organização das ideias expostas, optei em dividir esse trabalho em três seções; na primeira eu apresento ao leitor breves notas da história política do Brasil na década de 1880. Conheço bem a limitação epistemológica desse tipo de contextualização; entretanto, esse exercício faz-se necessário para que não percamos de vista o lugar histórico do investimento simbólico que definiu a Guerra do Paraguai como o principal momento da história militar do Brasil. Não é minha intenção apenas inserir esse objeto de investigação em um molde conjuntural pré-fabricado. Desejo, antes disso, na esteira das indicações de Hans Georg Gadamer, tomar o contexto histórico como problema de análise e construir na narrativa a ambiência histórica que possibilitou a publicação das narrativas dos veteranos da Guerra do Paraguai na *Revista do Exército Brasileiro*.<sup>10</sup> Na segunda seção me dedico ao estudo dessa publicação, lançada em janeiro de 1882, que foi o primeiro periódico científico-oficial do Exército, tendo como preocupação central compreender o perfil editorial dessa revista e a contribuição dos textos publicados para a oficialização da memória da Guerra do Paraguai. Na terceira, e última seção, minha preocupação é analisar as narrativas dos veteranos da Guerra do Paraguai e o impacto desse tipo de retórica testemunhal para a construção de uma representação afetiva do passado.

## A QUESTÃO MILITAR E O DESENVOLVIMENTO DE UMA RETÓRICA MESSIÂNICA

A questão militar – os conflitos entre a elite política imperial e parte do oficialato do Exército – marcou a relação entre Exército e política civil nas duas décadas que antecederam o golpe militar republicano. As animosidades que envolveram o oficialato e os gabinetes imperiais vieram a público a partir da década de 1880. Alguns líderes do Exército não estavam satisfeitos com o tratamento dispensado pela administração política imperial; os oficiais reclamavam do descaso com que eram tratados pelos políticos civis, das péssimas condições dos quartéis, da legislação em vigor considerada antiquada, do recrutamento militar que deixava para o Exército os indivíduos socialmente desqualificados e da recorrente ingerência dos civis na remoção, punição e promoção de oficiais. É importante dedicar atenção à dinâmica desses conflitos; os oficiais do Exército que se envolveram nesses episódios fundamentaram sua conduta na constante afirmação da “vocação messiânica” da corporação que, por sua vez, foi baseada na memória da Guerra do Paraguai.

Através da análise dos episódios que caracterizaram a “questão militar”, é possível entender a importância da Guerra do Paraguai para o desenvolvimento do “segmento profissional” do oficialato Exército e para a elaboração das críticas por parte de alguns militares nas décadas subsequentes ao término do conflito. Joaquim Nabuco foi um perspicaz observador dos acontecimentos em pauta; o intelectual brasileiro afirmou que a guerra contra o Paraguai exerceu grande influência em todos os envolvidos, inclusive, é claro, na oficialidade do Exército.

A Guerra do Paraguai teve importância tão decisiva sobre o nosso destino nacional (...) que se pode ver nela como que o divisor da história contemporânea. Ela marca o apogeu do Império, mas também procedem dela as causas principais da decadência e da queda da dinastia: o aspecto e o desenvolvimento do Prata, com a fascinação que ele exerce, o ascendente militar pelos nomes chamados legendários, pelas reivindicações da classe, tendo à frente os homens que se deram a conhecer ao Exército e que ciosos de seus esforços não aceitaram o descaso dos homens de casaca (...) Gradualmente, a independência, a iniciativa individual, a crítica do superior, o modo de interpretar a sujeição, vai-se insinuando na oficialidade.<sup>11</sup> (Grifo meu).

<sup>10</sup> GADAMER, Hans-George. *Verdade e Método I: traços fundamentais de uma hermenêutica histórica*. 10 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

<sup>11</sup> Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. Vol. II. p. 189-190.

Nabuco acredita que os anos posteriores ao término da Guerra do Paraguai foram marcados pelo crescimento da movimentação política dentro da oficialidade do Exército; o autor acredita que a influência do republicanismo platino, a sensibilização para o problema da escravidão, a intensificação do *esprit de corps* e a decadência da disciplina pela contaminação da “mentalidade paisana” são os principais elementos que explicam esse quadro. O que parece ter passado despercebido para José Nabuco foi a fissura nesse *esprit de corps*; as relações pessoais e profissionais entre os principais oficiais do Exército estiveram longe de ser imunes aos conflitos políticos que marcaram o período em questão.<sup>12</sup>

A província do Piauí foi o palco do primeiro episódio da crise política que mais tarde seria chamada de “Questão Militar”; em 1885 o coronel Cunha Matos, um dos mais conhecidos veteranos da Guerra do Paraguai e integrante do Partido Liberal, fez uma viagem de inspeção à província do Piauí e atestou a existência de várias irregularidades. Cunha Matos atribuiu essas falhas ao comandante da companhia de Infantaria dessa província, que por sua vez, era ligado ao Partido Conservador. Não tardou para que esse acontecimento fosse tragado pela polarização partidária tão característica do sistema político monárquico.

Em 1886 um deputado piauiense, aliado do capitão advertido por Cunha Matos, atacou-o em discurso na Câmara dos Deputados local; o parlamentar acusou Cunha Matos de ter contribuído com o Exército paraguaio durante o tempo em que foi prisioneiro de Solano Lopez. Cunha Matos retrucou as acusações através de um artigo publicado na imprensa da época; o ministro da guerra, deputado Alfredo Chaves, censurou o coronel alegando que a legislação em vigor desde 1859 determinava que os oficiais do Exército eram proibidos de discutir questões políticas ou militares na imprensa sem o consentimento prévio do ministro e o mandou prender por dois dias.<sup>13</sup>

O general, e senador pelo Rio Grande do Sul, José Antônio Correia da Costa, visconde de Pelotas, era amigo e correligionário político de Cunha Matos e, por isso, discursou no senado em 1886 em defesa do capitão. Pelotas criticou violentamente o ato do ministro e afirmou que a ofensa sofrida por Cunha Matos mexera com os brios de todo o Exército. O senador alegou que os esforços de Cunha Matos pelo bem da pátria – a retórica messiânica – não estavam sendo levados em conta pelo Ministério. A entrada de Pelotas na querela deu ao assunto uma dimensão mais grave do que a simples indisposição entre um oficial e o ministro da guerra. Wilma Peres da Costa acredita que

Nas palavras de Pelotas – e futuramente nas de vários outros militares envolvidos na Questão – está ainda embutido um ressentimento para com os políticos, os quais, para os militares, se julgavam superiores aos oficiais do Exército, embora estes tivessem sido os que realmente se arriscaram pela Pátria, numa alusão à Guerra do Paraguai.<sup>14</sup>

Foi nessa conjuntura que os editores da *Revista do Exército Brasileiro* autorizaram a publicação das narrativas testemunhais dos veteranos da Guerra do Paraguai. Tratou-se de uma atuação simbólica idealizada em função da realidade social que lhe servira de palco.<sup>15</sup> O objetivo era endossar, através do apelo emotivo inerente à fala da testemunha, a posição do Exército como “messias da nacionalidade brasileira”. Voltarei ao assunto em outra seção desse artigo.

Ainda em agosto de 1886, outro incidente contribuiu para aumentar as tensões entre civis e militares. O tenente-coronel Sena Madureira, então comandante da Escola de Artilharia de Rio Pardo, localizada no Rio Grande do Sul, manifestou apoio à iniciativa de Pelotas; o senador Franco de Sá, ex-ministro da Guerra, que havia demitido, em 1884, Sena Madureira do comando da Escola de Tiro de

<sup>12</sup> Os volumes da *Revista do Exército Brasileiro* de 1883 e 1884 mostram claramente a existência de disputas entre os oficiais do Exército. A celeuma entre o capitão Lobo Botelho e o tenente-coronel Sena Madureira em função da reorganização institucional do Exército demonstrou que essa instituição também foi sensível aos conflitos políticos que marcaram o período em questão.

<sup>13</sup> CASTRO Celso, *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1995.

<sup>14</sup> COSTA Wilma Peres, *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 86.

<sup>15</sup> BOURDIEU Pierre, *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Campo Grande, intrometeu-se na querela alegando que o ministro Alfredo Chaves deveria manter-se irredutível na punição contra Cunha Matos.

Contrariado, Sena Madureira publicou no jornal republicano *A Federação*, editado por Júlio de Castilho, um manifesto no qual acusava o ex-ministro Franco de Sá de “déspota e inimigo dos militares”; o tenente-coronel, referindo-se aos políticos civis que ocupava a pasta do Ministério da guerra, afirmou que:

Nós soldados – homens de brio, de coragem – pelejamos pela pátria nos campos Paraguaios e temos que nos curvar ao desmando de generais improvisados, que nunca sentiram o cheiro de pólvora e que perpassam rápida e obscuramente pelas altas regiões do poder.<sup>16</sup> (Grifos meu).

Para Sena Madureira um civil não era legítimo para ocupar o mais alto cargo da administração militar; um “casaca” não sabia o que era pôr em risco a própria vida pela pátria. A essa altura, a retórica messiânica fundamentada na memória da Guerra do Paraguai já se tornara a base discursiva da ação política dos oficiais do Exército que estavam em conflito com a elite política do regime monárquico. A constante menção à Guerra do Paraguai demonstra que essa memória já contava com a existência do campo semântico que garante a perenidade de toda construção mnemônica bem-sucedida.<sup>17</sup>

A publicação do protesto de Sena Madureira no jornal republicano “*A Federação*” não pôs fim à questão militar. No dia 02 de setembro, o ajudante-general do Exército, visconde da Gávea (um dos esteios da monarquia dentro do Exército)<sup>18</sup> enviou ao marechal Deodoro da Fonseca, comandante das armas e presidente em exercício da província do Rio Grande do Sul, uma carta onde lhe perguntava se havia concedido permissão para Sena Madureira publicar seu protesto; Deodoro respondeu que não e que dedicaria atenção ao assunto.

Dias depois Deodoro enviou um ofício ao ministro da guerra informando que a legislação em vigor referia-se apenas à discussão pública entre militares e que Sena Madureira não havia cometido nenhum ato digno de represália. O ministro Alfredo Chaves desconsiderou a avaliação de Deodoro e mandou punir Sena Madureira com uma repreensão. Celso Castro acredita que essa foi a primeira grande indisposição entre Deodoro da Fonseca, um dos principais líderes militares da época, e a administração imperial. O autor acredita que a partir desse momento os acontecimentos foram, cada vez mais, se configurando como uma “questão militar”.

Os políticos civis ligados ao Partido Republicano, fundado em 1870, não tardaram a ver na “questão militar” uma oportunidade para indispor ainda mais o Exército com a monarquia. Júlio Castilhos aproveitou as discussões públicas entre Sena Madureira e o ministro da guerra para publicar no dia 23 de setembro o artigo “Arbítrio e inépcia”<sup>19</sup> que reforçava a retórica messiânica já articulada pelos oficiais do Exército. Castilhos alegava que o governo imperial estava ofendendo “*aquele que lhe salvou de grandes apuros nos campos paraguaio*s”. A partir de então as páginas do jornal gaúcho “*A Federação*” foram palco dos artigos escritos por Sena Madureira e Júlio de Castilhos; ambos os autores não pouparam críticas à administração imperial.

Celso Castro indica que ainda em setembro os oficiais da guarnição do Rio Grande do Sul solicitaram a Deodoro autorização para homenagear Sena Madureira delegando-o poderes para representar a classe

<sup>16</sup> Citado em Sousa Doca. “*A questão militar*” in:\_\_\_\_\_. *A República Brasileira*, 1939. p. 25.

<sup>17</sup> BACZKO Bronislaw. *Les imaginaires sociaux. Memoire et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

<sup>18</sup> Em outubro de 1881 uma comissão, chefiada pelo conde d’Eu (príncipe consorte e genro do imperador d. Pedro II) e composta pelo capitão Lobo Botelho e pelos generais visconde da Gávea, Inocêncio Pederneiras, Severiano da Fonseca, Conrado Bitencourt e Tibúrcio de Souza apresentou à Assembléia Legislativa um projeto de reorganização institucional do Exército. Não tardou para que o projeto gerasse discordâncias entre os oficiais do Exército brasileiro. Os dois grandes protagonistas desse duelo discursivo foram o capitão Lobo Botelho, defensor do plano de reorganização apresentado pela Comissão, e o Tenente Coronel Sena Madureira, maior crítico da referida proposta. Ver os volumes do ano de 1882 e 1883 da *Revista do Exército Brasileiro*.

<sup>19</sup> Consultar o jornal *A Federação*.

militar contra as “injúrias do governo”.<sup>20</sup> A onda de protestos chegou à Escola Militar da Praia Vermelha, localizada no Rio de Janeiro. No dia 1º de outubro a mocidade militar manifestou solidariedade a Sena Madureira e afirmou sua disposição de assumir, juntamente com o tenente-coronel, as responsabilidades que poderiam resultar da rebeldia contra o governo. Os promotores do movimento foram presos a mando do comandante da Escola Militar, o general Severiano da Fonseca, irmão de Deodoro.<sup>21</sup>

Diante da atmosfera de conflitos, o barão de Cotegipe, presidente do Ministério, solicitou a Deodoro que acalmasse os ânimos dos jovens alunos. Na resposta de Deodoro ao pedido de Cotegipe é possível perceber a disposição do marechal em assumir o papel de representante dos protestos da classe militar.

Na qualidade de marechal do Exército sinto-me no dever de transmitir a V. Excía. as angústias dos meus irmãos de farda. O governo não está tratando com a devida estima os seus soldados que nobremente abnegaram anos de sua juventude em nome da soberania brasileiro no Prata. Lutamos contra o tirano do Paraguai e o que recebemos em troca? As injúrias dos políticos que não conseguem ver no soldado um irmão de pátria (...) Devo usar de clareza nesta comunicação. A corporação militar da província deposita em mim como seu intérprete suas justas queixas e pede o valimento de V. Excía.<sup>22</sup> (Grifo meu).

Com essas palavras o marechal Deodoro da Fonseca assumia a posição, que estava vaga desde as mortes de Osório e Caxias, de principal líder militar. Isso ficou muito claro no dia 4 de outubro, quando a oficialidade do Exército mandou rezar uma missa em homenagem ao aniversário de falecimento de Osório. Era a ocasião perfeita para a reconciliação entre Pelotas e Deodoro; o primeiro era chefe do Partido Liberal e o segundo era integrante do Partido Conservador. Percebendo a gravidade da situação o ministro Cotegipe buscou a conciliação com Deodoro e prometeu rever a legislação em vigor naquilo que se referia às manifestações dos militares pela imprensa. Cotegipe pediu que Deodoro fizesse parar as conspirações e reuniões coletivas dos oficiais.<sup>23</sup>

As manifestações coletivas dos oficiais não cessaram com a aparente conciliação entre o Ministério e o marechal Deodoro da Fonseca. No dia 9 de outubro, 150 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha publicaram no jornal “*O País*” uma carta-protesto contra os discursos do deputado Cândido de Oliveira e do senador Silveira Martins, um desafeto de longa data de Deodoro. Os políticos acusaram os militares de promover a “anarquia no seio da família brasileira”. Entre os signatários do manifesto estavam alguns dos militares que seriam protagonistas do golpe de militar de 15 de novembro: Lauro Müller, José Bevilacqua, Jaime Benévolo e Ximeno de Villeroy. Os acontecimentos posteriores foram marcados pela intensa mobilização dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, sempre liderados por Benjamin Constant.<sup>24</sup>

Cotegipe responsabilizou Deodoro pela continuidade das manifestações e como punição o exonerou das funções que exercia no Rio Grande do Sul transferindo-o para a Corte. Sena Madureira teve o mesmo destino. Os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, contrariando a ordem de Severiano da Fonseca, comandante da instituição, foram ao porto recepcionar com festejos o desembarque de Deodoro e Sena Madureira.

A questão agora passara a ser as fés-de-ofício de Cunha Matos e Sena Madureira. Apesar de Cotegipe ter cumprido a promessa feita a Deodoro e alterado a legislação que proibia a manifestação de militares na imprensa, as repreensões sofridas por Cunha Matos e Sena Madureira ainda maculavam seus históricos profissionais.<sup>25</sup> Após uma reunião realizada no dia 02 de fevereiro no Teatro Recreio Dramático,

<sup>20</sup> Celso Castro. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1995.

<sup>21</sup> Sousa Doca. “A questão militar” in: \_\_\_\_\_. *A República Brasileira*, 1939.

<sup>22</sup> Citado em Ilha A. Moreira. *Proclamação e Fundação da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p. 12-13.

<sup>23</sup> Celso Castro. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1995.

<sup>24</sup> Renato Lemos. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1999.

<sup>25</sup> Wilma Peres Costa. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

os militares presentes delegaram a Deodoro a prerrogativa de negociar com o governo a anulação das notas de repreensão das fés-de-ofício de Cunha Matos e Sena Madureira.<sup>26</sup>

No dia 05 de fevereiro Deodoro foi visitar o imperador e entregou-lhe uma carta que criticava violentamente as punições sofridas pelos dois oficiais em questão e solicitou que d. Pedro II intercedesse junto ao ministro da guerra Alfredo Chaves para que as notas de repreensão fossem anuladas. Tomando conhecimento do fato o ministro propôs a reforma de Deodoro, o que não foi aceito pelo imperador. Alfredo Chaves sentiu-se desprestigiado e pediu demissão, sendo substituído por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, que garantiu que as notas seriam canceladas assim que os envolvidos solicitassem. Deodoro e Pelotas, satisfeitos com a posição tomada pelo novo ministro da guerra, deram por encerrada a questão militar.

Entretanto, para Cunha Matos e Sena Madureira a questão ainda não havia terminado; os referidos oficiais se negaram a solicitar o trancamento das notas. Os dois afirmaram sua inocência e, por isso, recusaram-se a pedir perdão por um crime que não tinham cometido. Deodoro, relutante, apoiou seus companheiros de *front* e reabriu a questão militar. Em 14 de maio de 1887, Pelotas e Deodoro escreveram um manifesto ao parlamento informando a insatisfação que “reinava na caserna” e solicitando a “anulação voluntária” das notas de repreensão.<sup>27</sup> No dia 20 de maio o impasse foi resolvido; o Senado aprovou uma moção que “convidava” o governo a anular voluntariamente as notas. A “questão militar” estava encerrada.

Esses eventos foram o plano de fundo do investimento simbólico, idealizado por um grupo de oficiais do Exército, que objetivou fazer da Guerra do Paraguai o centro da memória oficial da corporação. Esse passado, mais do que qualquer outro, prestava-se à posição de demonstração empírica da “vocalização messiânica” do Exército brasileiro. Os homens das armas mostraram que também sabiam pelear com as letras.

Referindo-se aos episódios da questão militar, Celso Castro afirma que:

O princípio organizador de todo esse drama social – acontecimento que revela conflitos latentes – foi uma relação estruturalmente ambígua e conflituosa entre militares e civis. A profissionalização e a burocratização dos Exércitos modernos levaram, através da relativa autonomização da instituição militar em relação à sociedade, ao surgimento de “questões” no relacionamento entre civis e militares. Elas estão presentes, em maior ou em menor número e grau, na história de todos os países. Através de conflitos políticos e oposições simbólicas com os civis, a instituição militar de cada país desenvolveu um *ethos* específico, embora mantendo elementos comuns a todos os países.<sup>28</sup> (Grifo meu).

A memória da Guerra do Paraguai foi acionada pelos oficiais do Exército envolvidos com o projeto da *Revista do Exército Brasileiro* com o objetivo de construir laços de identidade e solidariedade entre os militares, que teriam em comum a filiação a uma instituição que tinha um passado recente repleto de abnegações e, acima de tudo, atos heróicos.

A falta de prestígio do Exército de linha na estrutura política imperial não foi um produto da década de 1880, mas sim uma característica marcante do processo de formação do Estado Brasileiro.<sup>29</sup> Quando comparado ao processo congênere ocorrido na Europa, a formação do Estado no Brasil apresenta uma interessante peculiaridade; enquanto no velho mundo a formação Estado Moderno levou à desmilitarização dos proprietários e permitiu que o Estado Absolutista em gestação monopolizasse os meios de coerção legais, garantindo aos antigos senhores os privilégios e honrarias em troca de sua lealdade e submissão,<sup>30</sup> no Brasil, por outro lado, o Estado foi edificado a partir de um pacto de compromisso entre o poder central e os potentados locais; ao invés de desarmar a aristocracia fundiária, o Estado brasileiro,

<sup>26</sup> Celso Castro. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1995.

<sup>27</sup> Sousa Doca. “A questão militar” In: \_\_\_\_\_. *A República Brasileira*, 1939.

<sup>28</sup> Celso Castro. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1995. p. 97.

<sup>29</sup> Wilma Peres Costa. *A Espada de Dâmoques: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

<sup>30</sup> Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ao criar a Guarda Nacional em 1831, armou-a. Dessa forma, foi estabelecido um vínculo patrimonial entre o poder central e a classe latifundiária na estrutura burocrática do Estado Brasileiro.<sup>31</sup>

Essa dinâmica patrimonial legou ao Exército uma importância institucional menor. Até o término da Guerra do Paraguai essa questão não trouxe maiores incômodos ao governo imperial; o conflito do Rio da Prata alterou substancialmente essa situação. Isso aconteceu porque um grupo de oficiais do Exército recusou-se a continuar ocupando uma posição secundária na estrutura institucional e política da monarquia; esses militares tinham ainda viva a memória dos sacrifícios vividos nos campos paraguaios. Era justamente a lembrança desses sacrifícios que fazia com que eles se considerassem superiores aos políticos civis.

A oficialização dessa memória, a rerepresentação do passado épico que deveria justificar uma melhor posição político-institucional para o Exército, começou a ser feita através de textos publicados em um periódico criado para ser o veículo do discurso oficial da corporação. Essa revista começou a ser planejada em 1881 e teve no mês de janeiro do ano seguinte o lançamento da sua edição inaugural. A *Revista do Exército Brasileiro* foi o *locus* da atuação simbólica dos artífices da memória da Guerra do Paraguai; dedico-me a partir de agora à análise dessa publicação.

## A FUNDAÇÃO DA *REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO*: A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO OFICIAL

Em 1882 um grupo de três oficiais do Exército composto pelos os maiores Alfredo Ernesto Jacques Ourique e Antônio Vicente Ribeiro Guimarães e o capitão Francisco Agostinho de Mello Souza Menezes fundou a *Revista do Exército Brasileiro*, o primeiro periódico científico oficial do Exército.<sup>32</sup> A *REB* começou a ser planejada em 1881, quando o conselheiro Franklin Américo Menezes Dória ocupava a pasta do Ministério da Guerra. É possível perceber a grande estima que os diretores da *REB* tinham por Menezes Dória,

Um ilustrado cidadão o conselheiro Menezes Dória, tudo fez para o bem do Exército e hoje se encontra afastado da administração militar. Ainda precisávamos muito do seu apoio quando ele foi desalojado do poder junto com o Ministério de que fazia parte.<sup>33</sup>

A circular-programa da revista foi distribuída em agosto de 1881 e a publicação do periódico começou em janeiro do ano seguinte com 300 assinantes, todos membros do mais alto escalão do oficialato.<sup>34</sup> A *REB* também era vendida em números avulsos, os seus diretores faziam questão de afirmar que toda a receita arrecadada era investida na qualidade do periódico. É possível encontrar no editorial de inauguração da *REB*, em janeiro de 1882, um texto, assinado pelos três militares que compunham a direção do periódico, que define as diretrizes básicas da publicação. O objetivo principal era fazer da *REB* “o transmissor oficial das idéias da corporação e o laço de união entre os seus membros”.<sup>35</sup> No mesmo texto os diretores informam que a revista teria um programa bastante amplo.

A *Revista do Exército Brasileiro* abrangerá a organização e administração militares dos Exércitos estrangeiros para que possamos ter bons exemplos para nosso esforço de reestruturação institucional; a tática e estratégia de guerra, informando seus resultados e progressos, analisando-os nos fatos contemporâneos e acompanhando as campanhas que por acaso venham a ocorrer; a ciência do engenheiro militar; construção, fortificação, caminhos de ferro, estradas, pontes, os serviços que presta a aplicação da eletricidade nos usos militares; ... a história militar, compreendendo os estudos das campanhas e combates do passado, deduzindo

<sup>31</sup> Fernando Uricoechea. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

<sup>32</sup> Todos os volumes da *REB* estão disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional.

<sup>33</sup> *REB*. Janeiro de 1883. p. 3.

<sup>34</sup> Entre estes podemos citar o capitão Lobo Botelho, o coronel Sena Madureira e o major Norberto Bezerra. Todos envolvidos com as reformulações estruturais do Exército – criação do serviço de Estado Maior – durante a década de 1890.

<sup>35</sup> *REB*. Janeiro de 1882. p. 2.

os ensinamentos adaptáveis aos nossos meios... Será de nosso interesse tudo aquilo que corra em concurso para a construção de uma nova instituição militar.<sup>36</sup>

A *REB* foi projetada para ocupar o lugar de veículo do conhecimento oficial produzido na corporação. Essa produção editorial tinha uma finalidade bem delimitada: reforçar a institucionalização do Exército, fazendo da corporação um elemento de peso no cenário político-institucional do país. Ao longo dos sete anos de existência a *REB* foi administrada pela mesma equipe editorial, composta pelos militares já citados, que acatou a publicação de artigos dos mais variados assuntos de interesse militar. A *REB* apresentou um perfil editorial que se manteve relativamente inalterado durante a sua existência; é possível perceber esse perfil através de uma análise quantitativo-qualitativa dos textos publicados na revista.

Tabela 1: Classificação dos artigos publicados na *REB* durante os seus 7 anos de existência

TOTAL DE TEXTOS PUBLICADOS	137 (100%)
ARTIGOS TÉCNICOS	95 (69,34%)
ARTIGOS INFORMATIVOS	26 (18,9%)
ARTIGOS POLÍTICOS	14 (10,21%)
TRABALHOS MEMORIALÍSTICOS	2 (1,45%)

A Tabela 1 é resultado de uma pesquisa quantitativa nos textos publicados na *REB* e é bastante útil para a minha reflexão acerca do perfil editorial deste periódico. Entretanto, seus dados devem ser interpretados com bastante cautela na medida em que a metodologia quantitativa, por si só, não é o bastante para o tipo de problema que estou me propondo a investigar. De acordo com os dados apresentados na tabela fica claro que o principal objetivo nos diretores da *REB* foi publicar textos que tratassem de assuntos técnicos da profissão militar. Enquadro nessa categoria os diversos artigos publicados sobre topografia, cavalaria, infantaria, artilharia, utilização de fortalezas militares etc. Os trabalhos que tematizaram essas questões foram largamente publicados na *REB* e representaram 69,34% dos textos publicados na revista; eram geralmente artigos pequenos que começavam e terminavam na mesma edição mensal.

Chamo de artigos informativos os textos que cumpriram certa função jornalística, oferecendo informações aos leitores da *REB*. Esses textos geralmente abordavam os modelos organizacionais dos Exércitos de outros países. Esse assunto foi foco da atenção dos oficiais do Exército durante a década de 1880, os militares que mais se destacaram na autoria desses textos foram o tenente A. G. Souza Aguiar, o capitão Belarmino de Mendonça e o tenente coronel Sena Madureira. Todos esses oficiais marcaram presença nas discussões da constituição do serviço de Estado Maior do Exército brasileiro. Os artigos informativos representaram 18,9 % do total e, assim como os artigos técnicos, costumavam ocupar apenas o espaço de uma edição mensal.

Considero artigos políticos aqueles que abordaram a conjuntura política contemporânea. Fazia parte da proposta editorial inicial da revista a neutralidade em relação aos conflitos partidários que caracterizaram a estrutura política da monarquia. Essa determinação já estava presente no editorial de inauguração da *REB*.

No meio dos partidos que digladiam no império, em busca do mando supremo, procurará manter-se a Revista, isenta das paixões partidárias. Não será, entretanto, indiferente aos destinos da pátria; mas no campo da política interna, terá em mira, tão somente, a elevação moral do grande corpo coletivo a quem pretende servir. Não criará tropeços a marcha da administração superior; não terá jamais palavras – nem de censura e nem de louvor – aos atos oficiais. Seu fim é todo doutrinário e somente neste terreno aceitará discussão.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> *REB*. Janeiro de 1882. p. 7-8.

<sup>37</sup> *REB*. Janeiro de 1882. p. 9.

Como podemos perceber, a neutralidade partidária não significava indiferença política no léxico dos diretores da *REB*. A Revista se propôs a adotar uma curiosa postura política; não se pronunciaria em relação aos rumos da administração política do império e, ao mesmo tempo, não seria indiferente em relação aos rumos políticos do país. O programa não foi cumprido à risca, na medida em que o comitê editorial da *REB* autorizou a publicação de textos que criticavam determinadas posturas dos gabinetes ministeriais. Podemos citar como exemplo o artigo “*Críticas à estratégia de defesa da província do Rio Grande do Sul*” escrito pelo major de engenheiros Jacques Ourique e publicado na edição de março de 1882 da *REB* e o artigo “*Militarismo*” de autoria do alferes Ulysses Cabral e publicado na edição de abril de 1885. Ambos os textos criticam arduamente algum aspecto da administração política desenvolvida pelos gabinetes ministeriais ao longo da década de 1880. Mesmo representando apenas 10,21% do total dos textos publicados na *REB*, os artigos políticos fizeram-se presente e traduzem a insatisfação política presente entre os oficiais do Exército que estavam comprometidos com a reformulação institucional da corporação.

É em relação aos textos que inclui na categoria “*Trabalhos Memorialísticos*” que a análise qualitativa mais se faz necessária. Se considerasse apenas os números apresentados na Tabela 1, eu poderia afirmar peremptoriamente que a *REB* pouco serviria ao pesquisador interessado em analisar a construção de uma memória oficial na medida em que os textos propriamente “memorialísticos” representaram uma ínfima parte (1,45%) na totalidade dos artigos publicados no periódico. Quando muito, a revista seria útil ao estudioso interessado em analisar os progressos da ciência bélica do Exército brasileiro no final do século XIX. Entretanto, duas considerações fazem-se necessárias em relação a esses “*Trabalhos Memorialísticos*” (os já citados textos de Miguel Calmon e Fernando Veiga): a primeira refere-se ao tamanho dos textos, por isso optei em não chamá-los de “artigos”. Enquanto grande parte das contribuições enviadas ao comitê editorial da *REB* tomava apenas o espaço de uma edição mensal, os textos dos veteranos da Guerra do Paraguai foram publicados ao longo de 24 edições mensais, para o caso do texto do capitão Miguel Calmon, e ao longo de 26 edições mensais para o texto do tenente Fernando Veiga. A segunda consideração relaciona-se ao assunto abordado em ambos os textos. As duas representações em questão consistiam em relatos de campanha de veteranos da Guerra do Paraguai. Relembrando o editorial de inauguração da *REB*, quando a direção do periódico delimitou os interesses da publicação, “...a história militar, compreendendo os estudos das campanhas e combates do passado, deduzindo os ensinamentos adaptáveis aos nossos meios...”, ou seja, absolutamente todas as páginas destinadas a promover essa aprendizagem a partir de campanhas e combates do passado tomaram como referencial pedagógico a Guerra do Paraguai.

#### A publicação das narrativas memorialísticas na *REB*: a Guerra do Paraguai representada na chave da retórica testemunhal

As memórias do capitão Miguel Calmon são balizadas pelo embarque, em 10 de fevereiro de 1865, do corpo de guarnição da província do Espírito Santo para a Corte e de lá para os campos Uruguaios e Paraguaiois, e o retorno dos sobreviventes à sua província de origem em fevereiro de 1870. Tratou-se de uma longa narrativa memorialística onde o veterano da Guerra do Paraguai propôs-se a rememorar sua experiência na referida campanha. Logo na primeira parte do texto o capitão Miguel Calmon afirmou que seus principais objetivos em narrar suas memórias eram,

Informar alguns fatos que marcaram a campanha do Paraguai e desobrigarmos de um compromisso bastante sério, a que nos subtermos antes de marchar para a guerra, e para cuja consecução grandes obstáculos tivemos a superar, terríveis dificuldades a combater. Fizemo-no-los e voltamos vivos para narrar à posteridade o espetáculo de uma epopéia brasileira.<sup>38</sup>

<sup>38</sup> *Revista do Exército Brasileiro*. Março de 1884. p. 283.

Miguel Calmon escreveu uma epopeia à brasileira; o velho capitão narrou inúmeras tempestades que acometeram a embarcação das tropas capixabas, os perigos de morte nos campos de batalha, as saudades que o atormentaram etc. Os relatos de nosso “Odisseu tupiniquim” evidenciam a posição dúbia da fala da testemunha; a pretensão de verdade articulada à alegorização do passado.

A reflexão sobre o testemunho nos conduz à problematização da divisão do discurso entre o denotativo-representativo e a literaridade; nem um, nem outro, e ao mesmo tempo ambos; entre o real, em sua acepção jornalística, e o fantasioso, em sua dimensão de reconstituição autobiográfica, eis o arenoso terreno em que começo a me mover a partir de agora.

O texto de Miguel Calmon não se arroga apenas a função jornalística – apesar de fazê-lo também – mas apresenta todo um envolvimento afetivo do autor que pode narrar porque viu e, acima de tudo, experienciou o cotidiano da guerra. Nesse caso o “eu vi” não se trata apenas da marca de enunciação, tal como propõe François Hartog para a análise das “*Histórias*” de Heródoto.<sup>39</sup> O interesse do narrador não é somente dar credibilidade ao texto em função de uma comunidade de leitores. A narrativa de Miguel Calmon pretende mostrar a Guerra do Paraguai a partir de um lugar privilegiado: o veterano que “*matou e sangrou para lavar a honra ofendida da nacionalidade brasileira*”.<sup>40</sup> A partir disso, o autor pretende desenvolver no leitor um apelo afetivo no qual rememorar a Guerra do Paraguai é um dever cívico tanto para o Exército como para a nação brasileira.

O primeiro capítulo das memórias de Miguel Calmon versa sobre o embarque das tropas na província do Espírito Santo. O autor faz questão de elogiar o comandante da guarnição dessa província, o major João Batista de Souza e Braga, e todo o corpo militar provincial que “*prontamente atendeu ao chamado da pátria*”.<sup>41</sup> Miguel Calmon não aborda a Guerra do Paraguai como o resultado do desenvolvimento de uma política externa, por parte do governo imperial, para o Rio da Prata. O conflito foi uma “*manifestação patriótica para a defesa da honra nacional*”.<sup>42</sup>

É possível observar no relato de Miguel Calmon a aproximação estreita entre a rememoração da Guerra do Paraguai e a afirmação da vocação messiânica do soldado brasileiro. O veterano narra a cerimônia religiosa que marcou o embarque das tropas; tratou-se de uma missa celebrada no convento da Penha, a qual uma “*volumosa multidão veio agradecer o sacrifício de seus soldados*”.<sup>43</sup> Logo após o *Te Deum* o corpo da guarnição realizou um passeio militar, em completa ordem de marcha, pelas ruas de Vitória, quando foram saudados pelas belas moças que “*agitavam seus lenços virginais para os bravos homens que arriscariam suas vidas pelo bem da pátria*”.<sup>44</sup>

Após enfrentar vários perigos na viagem e o desgosto da saudade de sua “*doce Judite*”, Miguel Calmon chegou ao teatro da Guerra, onde seu “*calvário*” se arrastaria até fevereiro de 1870. As tropas brasileiras desembarcaram no território uruguaio na localidade de Cerro, “*pitoresco lugar fronteiro à cidade, onde existe um monte cujo cume sustenta o forte desse nome, de soberba catadura*”.<sup>45</sup> Após o embarque do equipamento militar, que segundo Miguel Calmon tomou um dia inteiro de trabalho, os militares começaram a armar o acampamento onde ficariam aquartelados até o dia 26 de abril, quando embarcaram para a província de Corrientes, na Argentina.

O momento mais épico das memórias de Miguel Calmon foi quando ele narrou a batalha do Riachuelo, travada no Rio Paraná em 11 de junho de 1865. A bordo da corveta *Beberibe* Miguel Calmon chegou ao local do combate na tarde do dia 24 de maio, quando as forças brasileiras avistaram

<sup>39</sup> François Hartog. *O Espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

<sup>40</sup> *Revista do Exército Brasileiro*. Março de 1884. p. 284.

<sup>41</sup> *Idem*. p. 285.

<sup>42</sup> *Idem*.

<sup>43</sup> *Idem*. p. 290.

<sup>44</sup> *Idem*. p. 291.

<sup>45</sup> *Revista do Exército Brasileiro*. Fevereiro de 1885. p. 32.

o vapor paraguaio Pyrabebe, “*que logo se pôs em fuga disparando, à distância maior de 2 milhas, dois tiros de canhão sobre a corveta Belmonte, que tentou-lhe dar-lhe caça.*”<sup>46</sup> O quadro pintado pela pena de Calmon mostra um cenário de carnificina; a elaboração da estética textual, a forma do texto, ocorreu em função do objetivo traçado pelos idealizadores dessa ação simbólica, os editores da *Revista do Exército Brasileiro*. O objetivo era tocar, impactar e, em última instância, afetar o oficial do Exército que por ventura entrasse em contato com o discurso veiculado no periódico.

O último capítulo das narrativas de Miguel Calmon é um dos mais emocionantes de todo o texto. Nesse momento fica claro o uso da fala da testemunha para apelar ao emocionalismo do leitor.<sup>47</sup> Miguel Calmon narra a chegada da guarnição do Espírito Santo à corte em 5 de abril de 1870; segundo o capitão o desembarque dos militares foi marcado por festejos cívicos e “*todos chorávamos por mais uma vez chegarmos à amada pátria*”. Percebe-se nesse momento o desgosto de Miguel Calmon com o momento vivido pelos militares na década de 1880:

O povo foi ao porto da praça XV receber seus bravos soldados. Era o momento de colher os louros da vitória após tão prolongado tempo de peleja. As crianças nos saudavam agitando suas banderolas. Triste é saber que os militares não desfrutavam mais da mesma estima. Poucos anos foram o suficiente para o esquecimento de nossa nobre contribuição ao sucesso da pátria. Apesar da felicidade que sentia, eu não ansiava pelo momento do retorno para minha provinciazinha tão amada. Queria ver meus amigos, minha família, queria ver Judite (...) Dez dias depois de nossa chegada no Rio de Janeiro ancoramos no Espírito Santo. Meu coração já rufava antes mesmo do navio estacionar definitivamente. Minha vontade era sair nadando ao encontro da minha doce Judite, que com suas cartas de amor tornou minha estadia em terras estrangeiras mais feliz. Quando pisei em terra procurei Judite por todos os lados; lá estava ela, com um casto vestido azul, de braços abertos para seu noivo, que dali dois meses tornou-se seu marido (...) Depois dos percalços nos campos Paraguaiois fiquei feliz em saber que um tal bacharel tentou seduzir minha Judite. Ela manteve-se fiel ao seu bravo soldado que com seu sangue lavou a honra da pátria.<sup>48</sup>

Esse é o *grand final* no romance escrito por Miguel Calmon. O sucesso como soldado, a vitória na guerra, complementa-se ao sucesso como brasileiro, a salvação da honra nacional, e o sucesso como homem, o casamento com sua amada. Assim como Ulisses, em prantos após ouvir o canto de Demódoco no banquete dos Feácios,<sup>49</sup> o veterano da Guerra do Paraguai desejou ter suas peripécias rememoradas e cultuadas. Não trata-se da fala do historiador que através do procedimento regrado pelo método reinterpreta a experiência pretérita por meio de uma “operação historiográfica”, caracterizada pelo “lugar social” do acadêmico que tem seu trabalho legitimado pelos cânones da erudição.<sup>50</sup> Os relatos dos veteranos da Guerra do Paraguai publicados na *REB* devem ser vistos como a fala do homem comum, o que por si só é encantador, que vivenciou a experiência narrada. Não é o testemunho da vítima que exige reparação; é o testemunho do herói que reivindica o reconhecimento pelos seus feitos. Voltarei na diferenciação entre esses dois tipos de testemunho.

A memória oficial que começou a ser desenvolvida pelo texto do capitão Miguel Calmon teve como uma de suas principais marcas a descontextualização histórica do conflito e dos principais generais envolvidos nele. A extrema discriminação dos detalhes é outra característica flagrante do texto de Miguel Calmon; o autor faz questão de narrar os detalhes dos uniformes, do solo paraguaio e do clima

<sup>46</sup> *Revista do Exército Brasileiro*. Junho de 1865. p. 43.

<sup>47</sup> *Revista do Exército Brasileiro*. Novembro de 1865. p. 49.

<sup>48</sup> *Revista do Exército Brasileiro*. Fevereiro de 1886. p. 34-35.

<sup>49</sup> François Hartog. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Ed. UNB, 2003. O autor propõe a reflexão acerca da historicidade, quando um determinado evento é percebido como passado, a partir da análise da epopeia homérica. Hartog acredita que existe uma relação de historicidade entre a *Íliada* e a *Odisseia*. Segundo o historiador francês, Ulisses, quando sentado à mesa de Alcínoo, seu anfitrião no reino dos Feácios, ouve o aedo Demódoco cantar os eventos da Guerra de Tróia, muitos dos quais protagonizados pelo próprio Ulisses, chora; Hartog interpreta o choro de Ulisses como a percepção de que os tempos áureos já haviam se transformado em passado, restando deles apenas a memória, último refúgio do heroísmo de Odisseu. Eis, segundo o autor, a percepção da historicidade no texto da epopeia homérica.

<sup>50</sup> Michel de Certeau. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

local. O primado do detalhe surge como uma maneira de fortalecer a credibilidade do texto e marcar o lugar especial que o narrador ocupa: testemunha / veterano de guerra.<sup>51</sup> O principal interesse em adotar esse tipo de retórica é traçar uma relação direta entre a experiência e o discurso. Ao se deparar com as memórias de Miguel Calmon, o leitor terá diante de si o cenário da guerra do Paraguai, desde o embarque na Província do Espírito Santo até a volta dos sobreviventes ao “*seio mui amado de suas famílias*”. Esse é o recorte cronológico da epopéia do Exército brasileiro que, de acordo com Miguel Calmon, deveria ser “*imortalizado para o bem da pátria e da instituição militar*”.<sup>52</sup>

O texto “*O combate de 1º de outubro de 1868*” de autoria do tenente Fernando Veiga, que foi publicado entre abril de 1886 e junho de 1888, possui, sob o ponto de vista da narrativa, semelhanças com o trabalho do Capitão Miguel Calmon. Ambos os autores foram à Guerra do Paraguai e lançam mão da posição de veteranos de guerra para conferir credibilidade às suas narrativas e, acima de tudo, desenvolver no leitor o impacto afetivo necessário para a cristalização da memória que se pretendia perenizar. O texto de Fernando Veiga se dedica a narrar um combate específico travado entre as tropas aliadas e as paraguaias em 1º de outubro de 1868.

O tenente Fernando Veiga afirma que o combate de 1º outubro de 1868 não foi apenas um “*feito d’armas*”, mas sim “*o reconhecimento à viva força de combate que animou o soldado brasileiro em sua jornada nos campos paraguaios*”.<sup>53</sup> As memórias de Fernando Veiga, assim como o texto de Miguel Calmon, são marcadas pela extrema descrição dos detalhes. O ponto de partida da narrativa é a ordem do tenente Sebastião Dalísio Carneiro da Fontoura, comandante do 5º batalhão de infantaria, do qual fazia parte Fernando Veiga, de marcha rumo ao arroio Piquicery, localidade distante 500 quilômetros de Assunção. A missão de Fernando Veiga era fiscalizar o transporte de dois canhões de montanha; no meio do trajeto, no dia 1º de outubro de 1868, a guarnição chefiada pelo nosso narrador encontrou um pequeno destacamento do Exército paraguaio. O objetivo do tenente Fernando Veiga foi “*eternizar em papel e tinta um dos momentos mais magnânimos da Guerra da Tríplice Aliança*”.<sup>54</sup>

Os marotos estavam atocaiados por trás de arbustos e árvores. Fomos atacados por vários tiros de fuzis, um destes passou raspando na minha cabeça, pude ouvir o zunido da bala. Por muito pouco não fiquei ali estirado no chão paraguaio. Mas não! A providência decidiu que tenho de morrer onde nasci: no solo do meu Brasil.<sup>55</sup>

Fernando Veiga citou a ordem do dia que relatou os acontecimentos em questão:

Depois de ter atravessado terrenos pantanosos e vastos atoleiros, conseguira esta coluna desalojar sucessivamente 2 piquetes do inimigo e chegou com alguma dificuldade, até junto ao arroio Piquicery, donde avistou uma extensa colina circundada de trincheira e fortes abalizes (...) Essa é a verdade sobre os ditos acontecimentos, embora um pouco fria. Somente o bravo que viveu aquele momento dantesco pode falar com propriedade o que aconteceu naquela tarde do dia 1º de outubro. Os estudiosos dos tempos futuros não serão capazes de medir a carnificina que aconteceu naquele quinhão remoto do Paraguai.<sup>56</sup>

Fernando Veiga caracterizou por “Fria” o relato burocrático da batalha de 1º de outubro presente na ordem do dia assinada em 2 de outubro pelo tenente Sebastião Dalísio. Como podemos interpretar essa adjetivação? Acredito que Fernando Veiga desejou, a exemplo de Miguel Calmon, fundamentar a credibilidade do seu texto na existência de um “eu vi” fundador. Nesse sentido, somente ele, a testemunha ocular dos acontecimentos, poderia narrar com propriedade a experiência em questão. Segundo

<sup>51</sup> Beatriz Sarlo. *O tempo passado: cultura memorialística e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.

<sup>52</sup> *Revista do Exército Brasileiro*. Março de 1886. p. 287.

<sup>53</sup> *Revista do Exército Brasileiro*. Abril de 1886. p. 34.

<sup>54</sup> *Idem*, p. 34.

<sup>55</sup> *Idem*. p. 35.

<sup>56</sup> *Idem*. p. 37.

esse artifício retórico o tenente Dalísio, que não esteve presente na referida batalha, não teria a legitimidade necessária para narrar esse evento. Definitivamente, Fernando Veiga utilizou da sua posição de testemunha / veterano de guerra para afirmar sua narrativa da Guerra do Paraguai como mais legítima que outras leituras possíveis.

Está presente no texto de Fernando Veiga um profundo ressentimento com os líderes da política imperial que, segundo o tenente, “*não reconhecem a demonstração de viva coragem dos bravos soldados do Exército brasileiro*”.<sup>57</sup> Para o narrador os momentos heroicos da Guerra do Paraguai estavam sendo propositadamente esquecidos pelos “casacas” que ditavam os rumos da política civil.

Em meio a imenso tiroteio, atolamos com os canhões nas águas pútridas dos pântanos da localidade. As nossas mulas nos salvaram da completa degola. Ah as nossas mulas! As nossas mulas, os nossos condutores, as nossas pelias, eram o nosso orgulho! e com esses elementos quantas glórias não colhemos, infelizmente hoje esparsas como folhas secas levadas pelo vento.<sup>58</sup>

Se a tópica retórica comum da memória oficial desenvolvida na *REB* através da publicação dos testemunhos dos veteranos da Guerra do Paraguai foi a afirmação da “*vocação messiânica*” do Exército, a principal queixa presente nesse discurso referiu-se ao esquecimento, por parte dos políticos civis, dos sacrifícios vivenciados pelos militares nos campos paraguaios. Acredito ser interessante pensar a natureza desse esquecimento; certamente não tratou-se de um esquecimento patológico, ou seja, da perda da capacidade de lembrar algum aspecto da experiência passada. Nesse caso, o esquecimento precisa ser pensado em pé de igualdade com a memória e com a história, como uma operação cognitiva destinada a produzir, por qualquer motivo, uma representação do passado.<sup>59</sup> Se a memória e a história evocam o conhecimento e a lembrança, o esquecimento produz, ativamente, o apagamento do passado incômodo.

Geralmente o esquecimento é visto como uma fraqueza, dano e lacuna da memória. Proponho, baseado na fenomenologia da memória de Paul Ricœur, o realce à dimensão construtiva do esquecimento; aquilo que há de deliberativo das operações de “*apagamento*” de um passado cuja lembrança é inconveniente. O esquecimento não é, portanto, sob todos os aspectos, o inimigo da memória; a memória deve negociar com ele para encontrar seu equilíbrio. Afinal, é preciso esquecer para lembrar.<sup>60</sup>

Os políticos civis que na década de 1880 insistiram em manter o civilismo característico da monarquia brasileira não sofreram de nenhuma deficiência cognitiva que os impeliu a esquecer a Guerra do Paraguai. Era interessante não lembrar a atuação do Exército para que fosse possível continuar relegando a corporação a uma posição secundária no aparato institucional imperial. Não havia ingenuidade nem no desejo da memória e nem no ardil do esquecimento; ambos atenderam ao chamado dos interesses rivais que se conflitaram na última década da monarquia brasileira.

Acredito que a publicação das narrativas dos veteranos da Guerra do Paraguai deve ser interpretada como a estratégia discursiva escolhida pelos editores da *REB* para sensibilizar os oficiais do Exército à exaltação dessa memória. A atuação simbólica de Miguel Calmon e Fernando Veiga não foi apenas uma simples enunciação de discurso; a autoria desses militares deve ser pensada como o agrupamento do discurso do segmento do oficialato do Exército insatisfeito com o tratamento dispensado pelas autoridades políticas imperiais aos assuntos militares.<sup>61</sup>

<sup>57</sup> *Revista do Exército Brasileiro*. Junho de 1886. p. 213.

<sup>58</sup> *Idem*. Junho de 1886. p. 208.

<sup>59</sup> Paul Ricœur. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

<sup>60</sup> Henri Bergson. *Memória e Vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

<sup>61</sup> Michel Foucault. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

## Conclusão

A iniciativa dos editores da *REB* em publicar as memórias dos referidos veteranos da Guerra do Paraguai não pode ser analisada como uma manifestação ingênua e sem interesses subjacentes. Todo sistema simbólico dialoga com um certo estado da dimensão social que lhe confere a possibilidade de existir. A cultura somente existe de maneira efetiva sob o aspecto simbólico: um conjunto de códigos que determinam um sentido para a realidade, ou seja, a realidade simbólica se propõe a significar a realidade social. Entretanto, não podemos confundir a realidade simbólica com a realidade efetiva das coisas. A primeira funciona como representação da segunda e a construção daquela depende da correlação de forças que caracteriza essa. Daí a necessidade do pesquisador interessado na investigação da produção de manifestações simbólicas optar por uma metodologia que dê conta da análise sincrônica da realidade simbólica e da realidade social.<sup>62</sup> Ao investir simbolicamente na produção de uma memória oficial da Guerra do Paraguai, os diretores da *REB*, responsáveis pela veiculação do discurso oficial do Exército, possuíam interesses que estavam relacionados com a correlação de forças presente no ambiente social no qual estavam inseridos.

Nesse sentido, a publicação das narrativas memorialísticas de Miguel Calmon e Fernando Veiga aconteceu no momento em que o Exército desejava se fortalecer institucionalmente e politicamente e, por isso, se envolvia em conflitos com a elite política imperial – a questão militar –. O interesse dos editores da *REB* em fortalecer a rememoração da Guerra do Paraguai foi construir essa representação do passado em função da afirmação do Exército como uma instituição apta a exercer uma posição de mando no cenário político nacional. Nesse caso, a produção da lembrança e do esquecimento serviu à busca identitária que, segundo Paul Ricoeur, é um dos principais expedientes simbólicos utilizados pelo poder instituído, que utiliza as representações do passado para legitimar sua posição de autoridade, ou pelos aspirantes ao poder, que utilizam o passado para endossar a reivindicação da posição de mando que desejam ocupar.<sup>63</sup>

Ao abordar a Guerra do Paraguai, os editores da *REB* desejavam mostrá-la como um divisor de águas tanto para o Exército como para o Brasil. Um momento no qual a soberania brasileira havia sido vilipendiada e a honra nacional defendida pela única instituição capaz de fazê-lo: o Exército. A *REB* foi uma publicação voltada para os militares, mais precisamente para os oficiais (todos os assinantes da *REB* eram oficiais). Ao dedicar tanta importância, traduzida em números de páginas, às memórias dos veteranos da Guerra do Paraguai, os editores da *REB* produziram uma representação simbólica que se propunha a transmitir aos oficiais do Exército a noção de que a Guerra do Paraguai havia sido o “ponto zero” para o surgimento de um Exército mais forte que não deveria ser tratado com descaso pelo regime político de então. Uma vez esclarecido o principal objetivo dos editores da *REB* com a construção da memória da Guerra do Paraguai, é preciso entender a maneira pela qual o discurso foi veiculado. A Guerra do Paraguai fez-se presente no projeto de busca de um novo tipo de identidade política para o Exército a partir da forma da narrativa testemunhal.

Defendo a tese de que o teor testemunhal presente nas narrativas desses veteranos relaciona-se diretamente com a estratégia discursiva adotada pelos editores da *REB* visando a consolidação da memória da Guerra do Paraguai. Se o objetivo era canonizar essa memória, nada mais eficaz do que fundamentar esteticamente essa ação simbólica com a fala da testemunha, revestida pela dimensão do “inquestionável”.<sup>64</sup> Já que o interesse era tocar o imaginário dos militares através da representação do passado, isso não poderia ser feito por um discurso “frio”, quero dizer, por uma abordagem destinada a produzir um conhecimento objetivo sobre a experiência pretérita. Segundo Beatriz Sarlo, a fala da

<sup>62</sup> Pierre Bourdieu. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

<sup>63</sup> Paul Ricoeur. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

<sup>64</sup> Beatriz Sarlo. *O tempo passado: cultura memorialística e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.

testemunha é imune, ou pretende sê-lo, à leitura crítica, sempre acompanhante dos discursos que pretendem abordar o passado cientificamente. A retórica testemunhal é “quente”, na medida em que a testemunha não lança mão dos artifícios da erudição para validar a sua fala. A testemunha está enquadrada em outro regime de veracidade: a afetividade que a narrativa de quem experienciou determinado evento provoca no público leitor. A grande busca do relato testemunhal é traçar uma empatia entre o narrador e o leitor visando que o último mire o passado afetado por aquilo que o primeiro viu, fez e, acima de tudo, sofreu.<sup>65</sup>

A publicação das narrativas testemunhais dos veteranos da Guerra do Paraguai evidencia a imbricação entre a política e a arte/literatura na conjuntura histórica da transição da monarquia para a república; meu objetivo desse trabalho foi, a partir da análise do perfil do teor testemunhal existente nesses textos, entender a natureza das estratégias estético-poetológicas que fizeram desse investimento simbólico o ponto de partida para o desenvolvimento da memória oficial da Guerra do Paraguai.

---

<sup>65</sup> *Idem.*